



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
PROCURADORES PF-UFES

**PARECER n. 00024/2024/PROC UFES/PFUFES/PGF/AGU**

**NUP: 23068.087142/2022-16**

**INTERESSADOS: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES**

**ASSUNTOS: ATIVIDADE MEIO**

**EMENTA: SEGUNDO ADITIVO. CONTRATO COM FUNDAÇÃO DE APOIO. REORÇAMENTAÇÃO SEM IMPACTO FINANCEIRO. SEM ÓBICE JURÍDICO.**

*Senhor Procurador Chefe:*

**I - RELATÓRIO**

1. Trata-se do **SEGUNDO TERMO ADITIVO** ao **CONTRATO N° 39/2022**, celebrado entre a UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO e a FUNDAÇÃO ESPÍRITO-SANTENSE DE TECNOLOGIA (Sequencial 222 - Lepisma).
2. Consta na CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: "*O presente Termo Aditivo tem por objeto inserir planilha de receitas e despesas reorçamentada, SEM ALTERAR o valor do contrato.*" (Sequencial 222 - Lepisma).
3. Consta na CLÁUSULA SEGUNDA – DA REORÇAMENTAÇÃO: "*É vedada a realização pela FUNDAÇÃO DE APOIO de gastos que estejam pendentes de definição ou que não possuam o devido detalhamento na planilha de receitas e despesas que expresse todos os custos, preços/valores unitários, quantitativos e metodologia de cálculo nos termos do Acórdão n.º 9604/2017-TCU.*" (Sequencial 222 - Lepisma).
4. Consta nos autos a solicitação de prorrogação e reorçamentação do contrato, bem como a justificativa, assinados pelo Coordenador do Projeto (Sequencial 204 - Lepisma).
5. Consta, ainda, ao Sequencial 220 - Lepisma, a consideração do Coordenador de Elaboração de Contratos e Convênios de que o contrato não será mais prorrogado, mas apenas reorçamentado.
6. Consta nos autos Aprovação *ad referendum* da Pró-Reitoria de Extensão (Sequencial 214 - Lepisma) e a Planilha de Reorçamentação (atualizada) (Sequencial 221 - Lepisma).
7. A instrução processual *checklist*, de exclusiva responsabilidade do assinante, consta no Sequencial 223 - Lepisma.
8. O contrato de origem com a fundação de apoio tem por escopo o apoio ao projeto de extensão denominado "Semanas do Conhecimento da Ufes - Edições 2022 e 2023" (Sequencial 81 - Lepisma).
9. O pedido de exame fundamenta-se no art 53, caput e § 4º da Lei 14.133/21, *in verbis*: "Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.(...)§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas,

acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos."

10. É a síntese do necessário.

## II - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

### Dos Limites da Análise e Manifestação Jurídica

11. Destaca-se que a presente manifestação limitar-se-á aos aspectos jurídicos da matéria ora proposta e de sua regularidade processual, abstendo-se quanto às outras questões não ventiladas ou aos aspectos técnicos, administrativos, econômicos e financeiros ou que exijam exercício da conveniência e discricionariedade administrativas, bem como verificação e conferência de cálculos e valores, os quais não competem à Procuradoria, mas aos serviços técnicos competentes da Administração.

12. De igual feita, assevera-se que a emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, em atendimento à recomendação da Consultoria-Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas, BCP nº 07, qual seja:

*"BCP nº 07 (Manual 2014) O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto."*

## III - ANÁLISE JURÍDICA

### Da Planilha de Receitas e Despesas Reorçamentada

13. A par da minuta do instrumento sustentado por esta manifestação, restou elaborada uma lista de checagem (*checklist* Sequencial 223 - Lepisma) visando a conferência da instrução processual, de maneira a assegurar a presença de todos os documentos que necessariamente devem estar presentes nos autos administrativos que, afinal, culminem com a celebração do SEGUNDO TERMO ADITIVO ao CONTRATO Nº 39/2022, objetivando *"inserir planilha de receitas e despesas reorçamentada, sem alterar o valor do contrato"* (Sequencial 222 - Lepisma).

14. Presume-se, então, que todas as especificações tenham sido regularmente apuradas pela unidade competente e conferidas pela autoridade da contratação, o que, contudo, não é óbice para emissão de eventuais alertas, por essa Procuradoria, sobre tais aspectos, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

15. Verifica-se que a alteração proposta encontra amparo no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, abaixo transcrito, muito embora a peculiaridade do contrato em questão, por não se tratar de prestação de serviço, e possui natureza *sui generis*, afaste a aplicação dos limites previstos no art.124.

**Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:**

I - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

§ 1º Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

§ 2º Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do **caput** deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

16. Verifica-se ao Sequencial 204 - Lepisma, a justificativa à solicitação de aditivo ao referido Contrato – conforme exige o caput do art. 124 da Lei 14.133/21:

"Vimos por meio deste documento, solicitar avaliação e aprovação de nova re-orçamentação do projeto Semanas do Conhecimento da Ufes 2022 e 2023 na Câmara de Extensão, destacando que mais uma vez, não houve alteração do valor total do contrato.

O referido projeto está cadastrado no Portal de Projetos da Proex com o número 3435 com término para dia 31/12/2023, bem como está previsto o período de vigência final do contrato com a fundação para dia 27/01/24.

As planilhas da segunda reorçamentação encontram-se nos sequencias 201 e 202 deste processo, conforme instrução do DPI/Proad, bem como o cronograma físico-financeiro no sequencial 203.

A justificativa para a segunda re-orçamentação decorre que ao longo do planejamento e desenvolvimento das ações da Semana do Conhecimento 2023, novas demandas dos setores envolvidos foram necessárias, contudo, sem grandes alterações e sem novas rubricas.

O principal ajuste orçamentário foi realizado na primeira re-orçamentação quando foram constatadas rubricas utilizadas e não utilizadas na edição 2022, comparando com o planejamento da Semana do Conhecimento 2023, tendo aprovação de todas instâncias após apreciação e parecer da Câmara de Extensão.

**Esta segunda reorçamentação ajusta as rubricas, principalmente, pelo maior número de intérpretes de libras recrutados para a recepção dos visitantes no evento, pela alta dos valores das passagens aéreas da palestrante da cerimônia de abertura e pelas estruturas físicas a mais para os campi de Alegre e São Mateus, destacando que a Mostra de Extensão e Cultura, realizaram 2 edições esse ano para ajustar o calendário desse evento na Proex.**

**Outra justificativa para esta segunda re-orçamentação no final do período de vigência do projeto foi motivada pela decisão da Reitoria de utilizar o saldo remanescente para atender as solicitações da Seavin(apoio ao Enade com tendas, camisas, águas e canetas para os estudantes da Ufes inscritos) e da Prograd( inauguração do prédio novo), além de algumas atividades atemporais da Semana do Conhecimento. Tais solicitações foram recebidas pela coordenação do projeto que considerou a relevância das atividades, a disponibilidade do recurso e a relação com o escopo do objeto de promover o conhecimento nas diferentes dimensões da Ufes, tendo ainda, a anuência da Reitoria.**

Nesta fase de conclusão, já trabalhamos com os resultados exitosos de todas atividades desenvolvidas no Projeto Semanas do Conhecimento 2022 e 2023 e as assumidas pela Reitoria, cumprindo o objetivo geral traçado neste projeto de extensão: integrar o cerne da comunidade UFES por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão no mesmo período e espaço, com a sociedade capixaba, por meio da visitação e interação ativa de estudantes e professores das redes públicas e particulares do ensino fundamental e médio, além de difundir o conhecimento nas suas diversas formas na Ufes e para fora da Ufes.

Por fim, comunicamos que a coordenação está trabalhando, ainda, na elaboração do relatório para Proex e prestação de contas junto ao DPi/Proplan.

Certos da compreensão e empenho, desde já, agradecemos a atenção."

17. Nesse contexto, destaca-se que a FEST é uma instituição jurídica de Direito Privado, que goza de autonomia financeira, patrimonial e administrativa, de interesse público e coletivo, sem fins lucrativos, com atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa e transferência de conhecimento, ao desenvolvimento institucional, tecnológico e à proteção e preservação do meio ambiente.

18. A fundação em comento possui importante papel incentivador nas atividades educacionais da UFES, sendo eleita para gerir os Contratos cujo objeto primordial é a realização de Projetos de Extensão. Desta feita, prestação de apoio não se compara à prestação de serviço, pois não subsiste qualquer interesse econômico a ser suprido. Verdadeiramente, tem por escopo a melhor atuação dos entes públicos, empregando-se mais efetividade às atividades de cunho educativo e social, nos termos da Lei 8.958/1994 e do Decreto nº 5.205/2004.

19. Por fim, recomendo sejam observadas os comandos determinados no ACÓRDÃO Nº 9.604/2017 – TCU – 2ª Câmara do TCU de 07/11/2017, específico para a UFES, dentre os quais, sem prejuízo de outros constantes do referido julgado:

**a) consoante o art. 55, inciso IV, da Lei 8.666/93, o cronograma físico-financeiro da execução do serviço é peça obrigatória do contrato com as Fundações, a ser definido em cláusula específica; assim, caso não exista nestes autos, deve ser providenciado.**

**b) a transferência de recursos à Fundação contratada deve observar a compatibilidade entre os serviços executados e o cronograma físico-financeiro acordado entre as partes, o qual deve ser juntado aos autos.**

**c) é ilegal deixar de exigir a apresentação de prestações de contas parciais relativamente a contratos de gerenciamento de projetos que envolvam repasses durante a sua vigência de parcelas autônomas, independentes, entendidas como as repassadas para uma determinada fase, módulo ou período do curso (semestre, ano, etc.), tais como, por exemplo, os cursos de ensino a distância, por configurar transgressão ao art. 11, §1º, do Decreto 7.423/2010.**

#### **IV- CONCLUSÃO**

20. Restrita aos aspectos jurídico-legais, a Procuradoria Federal junto à UFES, órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, vinculada à Advocacia-Geral da União – AGU, ressalvando-se os aspectos de conveniência e oportunidade, opina pela possibilidade da assinatura do termo aditivo em exame (Sequencial 222 - Lepisma).

21. Adotadas ou não as providências recomendadas, não incumbe pronunciamento subsequente desta Procuradoria para verificação do cumprimento das recomendações consignadas, conforme Enunciado nº 05 do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU, nada obstando seja formulada nova consulta com indicação de dúvida jurídica específica.

22. Este Parecer não supre a necessidade de decisão expressa da autoridade administrativa competente, nos termos do art. 48 da Lei nº 9.784/1999, pois as considerações tecidas restringem-se ao exame do aspecto jurídico-formal do processo, não adentrando nas questões técnicas, tampouco as de oportunidade, conveniência e formalização do instrumento, por não serem de competência desta Procuradoria.

À consideração superior.

Vitória, 17 de janeiro de 2024.

**OSWALDO HORTA AGUIRRE FILHO**  
**PROCURADOR FEDERAL**

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23068087142202216 e da chave de acesso c60af789



Documento assinado eletronicamente por OSWALDO HORTA AGUIRRE FILHO, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1384951336 e chave de acesso c60af789 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): OSWALDO HORTA AGUIRRE FILHO, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 18-01-2024 08:04. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---